

JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Material de apoio ao
Fórum Juventude e Violência
06 a 10 outubro 2014

Apoio: Bando do Brail, Fiocruz, Furnas, Eletronuclear, Itaipu Binacional

Outubro 2014

Juventude: o que é?

A categoria Juventude é uma invenção da sociedade moderna industrial. Até os anos 1950, “ser jovem” era viver um interstício entre o mundo da criança, sem responsabilidades, e o mundo adulto, voltado às responsabilidades do trabalho, da família e das exigências da sociedade (PIMENTA, 2007).

Atualmente, o conceito juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que remete ao processo de preparação do indivíduo para que ele assuma o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, isto é, tanto na produção quanto na reprodução da vida humana (NOVAES, 2008).

Segundo as Nações Unidas, juventude é a fase da vida humana que se estende dos 15 aos 24 anos de idade. No entanto, no Brasil, o Estatuto da Juventude - instituído pela Lei nº 12.852 de 2013 e que dispõe sobre os direitos dos jovens - considera como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.



Segundo estimativas do Datasus, do Ministério da Saúde, o Brasil contava, em 2012, com cerca de 52,2 milhões de jovens. O quantitativo representa 26,9% do total dos 194,0 milhões de habitantes projetados para o país pela mesma fonte (WAISELFISZ, 2014).

No entanto, tem havido um declínio progressivo no número de jovens no país, desde em meados da última década. Diversos processos, ligados fundamentalmente à urbanização e à modernização da sociedade brasileira, originariam quedas progressivas nas taxas de fertilidade, o que levou a um estreitamento na base da pirâmide populacional, com o consequente alongamento das faixas de maior idade (WAISELFISZ, 2014).

Mas quando falamos de jovens não estamos nos referindo a um grupo homogêneo. Entre eles vamos encontrar as contradições presentes na sociedade brasileira. A condição juvenil é vivida de forma desigual e diversa em função da origem social; dos níveis de renda; das disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, e entre regiões do mesmo país (NOVAES, 2008).

Além disto, a vivência da condição juvenil é também diferenciada em função de desigualdades de gênero, de preconceitos e discriminações que atingem diversas etnias. Os jovens de hoje também se diferenciam em termos de orientação sexual, gosto musical, pertencimentos associativos, religiosos, políticos, de galeras, de turmas, de grupos e de torcidas organizadas. Estes últimos demarcadores de identidades podem aproximar jovens socialmente separados ou separar jovens socialmente próximos (NOVAES, 2008).

Juventude e violência

Tem sido cada vez mais comum em nossa sociedade a associação da juventude com a violência, apresentando os jovens como produtores de violência, o que justificaria a intensificação da repressão deste grupo, destacadamente pelo Estado por intermédio da polícia. Repressão que é tanto mais intensa quanto mais os jovens reúnam outros atributos de caráter racial



e geográfico. Negros e moradores da periferia constituem o principal alvo desta repressão, que acontece cotidianamente, em especial, nas periferias das grandes cidades ou quando grupos de jovens da periferia tentam acessar os serviços, principalmente os de lazer e trabalho,

nos centros ou em outras áreas em que estejam disponíveis, mas que não são, todavia, espaço de circulação destes mesmos jovens (MORAES, 2005).

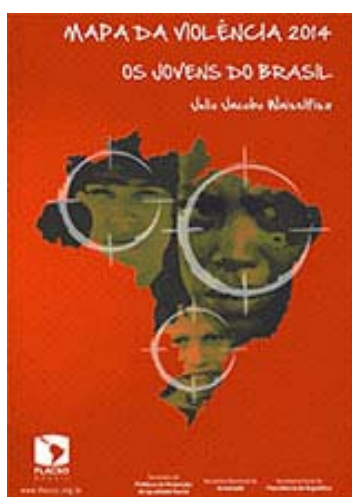
A produção do medo por intermédio da estigmatização e satanização dos jovens – principalmente, negros, pobres e moradores de regiões periféricas – conta também com a existência de outros dois elementos articulados, a saber, a *militarização da polícia* e a *policialização da sociedade*. Além disso, observamos um aumento da violência contra os jovens, seja nos altos índices de mortes violentas, particularmente homicídios, seja no aumento das taxas de encarceramento de indivíduos advindos deste grupo social (MORAES, 2005).

São abundantes os casos em que jovens e adolescentes são tomados como “ameaça à sociedade” ou “vítimas dela”, porque, estando *em formação*, seriam mais facilmente influenciáveis, inclusive – e aqui haveria um grande perigo – pelo mundo do crime. Ouvimos diversas vezes de diferentes profissionais – de policiais a assistentes sociais, passando por sociólogos e psicólogos, formando um contraditório conjunto –, que jovens delinquentes são mais perigosos do que os não jovens, porque “são muito influenciáveis”, “ficam muito mais nervosos”, “nada tem a perder” ou “são frios”, como se tais atributos fossem naturais à idade (MORAES, 2005).

O sociólogo francês Löïc Wacquant (2001b e 2001c apud MORAES, 2005) tem chamado atenção para como o encarceramento tornou-se uma *política pública* implementada com a ascensão do Estado penal em substituição do Estado social. Assim também acontece no caso brasileiro (cf. MORAES, 2005), em um processo que tem atingido com grande voracidade principalmente a população jovem (MORAES, 2005).

No entanto, essa ampliação e intensificação de políticas repressivas, punitivas e criminalizadoras em relação aos jovens têm produzido efeito diverso daquilo que prometem. Primeiro, e antes de tudo, porque aumentam o medo e tornam mais reativas e emocionais as respostas. Em segundo porque, tendo como objeto uma distorção da realidade, respondem emocionalmente à distorção, ou seja, são incapazes de perceber, racional e cientificamente, quais ou o que deveria ser efetivamente mudado. E, assim, prestam-se para reforçar todo o *sistema* que foi, ele próprio, produtor daquilo que pretende *combater* (MORAES, 2005).

Mortalidade Juvenil

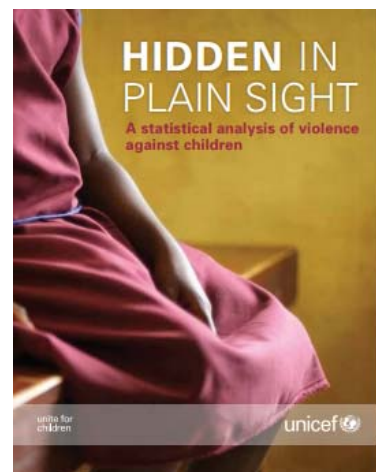


O aumento da mortalidade dos jovens, especialmente os negros, é comprovado por dois estudos recentes: o “Mapa da Violência 2014 – Os Jovens do Brasil”, de autoria do sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, e o relatório do Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) “Ocultos à Plena Luz” (Hidden in Plain Sight), divulgado em setembro de 2014.

O Mapa da Violência é divulgado, desde 1998, pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), que se baseia no Sistema de Informações de

Mortalidade (SIM) e em outros dados do Ministério da Saúde para fazer o levantamento.

Já o relatório do Unicef baseia-se em dados de 190 países, documentando a violência em locais onde crianças e adolescentes deveriam estar seguros, como na comunidade, na escola e no lar. Detalha os efeitos duradouros da violência, frequentemente intergeracionais, constatando que um adulto que foi exposto à violência na infância é mais propenso a ficar desempregado, a viver na pobreza e a apresentar comportamento violento contra outras pessoas. Os autores observam que os dados referem-se apenas a indivíduos que puderam e quiseram responder e, portanto, representam estimativas mínimas.



O Mapa da Violência

De acordo com o Mapa da Violência 2014, apesar de os índices de mortalidade da população brasileira terem caído de 631 por 100 mil habitantes, em 1980, para 608, em 2012, a taxa de mortalidade juvenil manteve-se estagnada, e até teve um ínfimo aumento ao longo do período, passando de 146 mortes por 100 mil jovens, em 1980, para 149, em 2012.

Em 1980, as *causas externas* já eram responsáveis pela metade exata – 50% – do total de mortes dos jovens no país. Já em 2012, dos 77.805 óbitos juvenis registrados pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), 55.291 tiveram sua origem nas *causas externas*, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2011 acima de 2/3 de nossos jovens – 71,1% – morreram por *causas externas*.

Segundo dados do Mapa, em relação a 1998, houve:

- brutal incremento dos homicídios a partir dos 13 anos de idade: as taxas pulam de 4,0 homicídios por 100 mil para 75,0 na idade de 21 anos. A partir desse ponto, há um progressivo declínio. Nessa faixa jovem, são taxas de homicídio que nem países em conflito armado conseguem alcançar.

- elevação significativa das taxas de suicídios a partir dos 17 ou 18 anos de idade, com números bem acima da média nacional, em torno de 5 suicídios a cada 100 mil habitantes.
- em conjunto, a partir dos 19 anos de idade, e até os 26, as taxas de mortalidade violenta ultrapassam os 100 óbitos por 100 mil jovens.

Evolução da mortalidade entre os anos 1980 e 2012

1. Se as taxas de mortalidade para o conjunto da população caem 3,7% nesse período, as taxas por causas externas aumentam 32,8%.



2. Quem puxa os aumentos dessas taxas são, fundamentalmente, os homicídios, que crescem 148,5%, em segundo lugar, os suicídios, que crescem 62,5%. Mas também os óbitos em acidentes de transporte aumentam 38,7%.

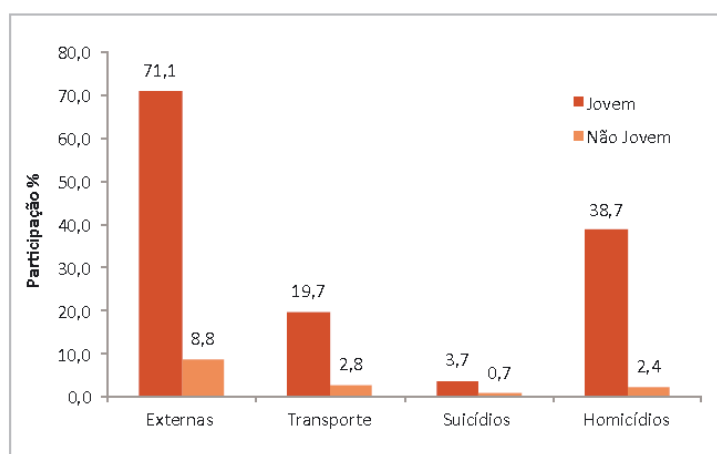
3. Os acidentes de transporte, com acentuada queda na década de 1990 pela entrada em vigor do Estatuto do Trânsito de 1997, retomam sua tendência de alta já no ano 2000, com um aumento de 36% entre os anos 2000 e 2012. Podemos observar um significativo aumento nos últimos anos – 2009 a 2012, quando as taxas passam de 20,2 para 23,7 mortes por 100 mil habitantes.
4. Os suicídios no País vêm aumentando de forma progressiva e constante: a década de 1980 praticamente não teve crescimento (2,7%); na década de 1990 o crescimento foi de 18,8%, e daí até 2012, de 33,3%.

Mas o que realmente impressiona nesses números são suas magnitudes. No ano de 2012, com todas as quedas derivadas da Campanha do Desarmamento e de diversas iniciativas estaduais, aconteceram acima de 56 mil homicídios. Isso representa 154 vítimas diárias, número que equivale 1,4 massacres do Carandiru1a cada dia do ano de 2012. Entre 2002 e 2012, morreram, no Brasil: 556 mil cidadãos vítimas de homicídio, quantitativo que excede, largamente, o número de mortes da maioria dos conflitos armados registrados no mundo.

Aumento dos homicídios entre 2011 e 2012

Um fato inquietante é a eclosão de homicídios constatada entre 2011 e 2012. No período, as taxas de homicídio na população total crescem 7,0%, e na jovem 8,5%. Estados, como São Paulo, onde vinham caindo de forma mais o menos sistemática desde 1999, interrompem a descida e passam a fazer parte dessa eclosão. Rio Janeiro, cujas quedas vinham já de 2003, estagna no último ano em 28,3 homicídios por 100 mil habitantes. Seria prematuro identificar se é uma oscilação circunstancial, como provavelmente foi a de São Paulo, produto de ações de enfrentamento de organizações criminosas, ou se se trata de uma tendência pelo esgotamento da capacidade das políticas implementadas. Com independência desse surto, a própria estagnação em níveis muito elevados tem que levar a uma profunda reflexão sobre a insuficiência das políticas atuais e sobre o conjunto de reformas necessárias ainda não implementadas.

Participação (%) das causas de mortalidade. População Jovem e Não Jovem. Brasil. 2012.



Fonte: SIM/SVS/MS.

Se **a magnitude de homicídios** correspondentes ao conjunto da população já pode ser considerada muito elevada, a **relativa ao grupo jovem adquire caráter de verdadeira pandemia**.

Os 52,2 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2012 representavam 26,9% do total da população. Mas os 30.072 homicídios de jovens que o DATASUS registra para esse ano significam 53,4% do total de homicídios do país, indicando que a **vitimização juvenil alcança proporções extremamente preocupantes**.

Disseminação da violência ao longo do território nacional

Locais que até poucos anos atrás eram considerados oásis de tranquilidade assistem a uma pesada escalada de violência. O contrário também aconteceu em uns poucos centros, de grande peso demográfico e conseqüente incidência nas estatísticas nacionais. Assim, sem grandes mudanças nos índices globais do país, assistimos a uma decidida reconfiguração na distribuição interna, uma alteração que, sem aumentar a intensidade global – em torno de 27 homicídios por 100 mil habitantes – origina a disseminação em unidades que, até uma década atrás, aparentavam ser imunes: estados relativamente tranquilos, cidades de pequeno e médio porte etc.

Crescimento dos homicídios no interior:

- **1980/1996:** Os homicídios nas capitais cresceram 121% enquanto o aumento do interior foi bem menor: 69,1%. Nesta fase, fica evidente que o motor da violência homicida encontrava-se centrado nas capitais do país. Fica claro que o comando do crescimento no período ficou por conta das capitais, responsáveis pela forte elevação das taxas nacionais.
- **1996/2003.** Período de transição: arrefece enormemente o ritmo de crescimento nas capitais, praticamente estagna em torno dos 46 homicídios por 100 habitantes, enquanto as taxas do interior continuam a crescer. Assim, a diferença percentual entre capital e interior, que era de 84,3% em 1996, cai para 59,6% em 2003. Nessa fase de estagnação dos índices das capitais, o fator determinante é o crescimento no interior, que origina a elevação das taxas nacionais.
- **2003/2012.** Nesse período as taxas das capitais recuam de forma clara e sistemática, passando de 46,1 homicídios por 100 mil para 38,5 em 2011, o que representa uma queda de 16,4% no período. Já os índices do interior continuam crescendo a bom ritmo: 35,7%. Dessa forma, o interior assume claramente o papel de polo dinâmico, motor da violência homicida, contrapondo-se às quedas substantivas nas taxas que as capitais estariam gerando.

Homens são principais vítimas de homicídios

Diversos estudos, tanto nacionais quanto internacionais (MELLO, 1998; MINAYO, 1994; UNICEF, 1995) já alertaram que as mortes por homicídios,

inclusive entre os jovens, são ocorrências notadamente masculinas. Os dados disponibilizados pelo SIM permitem confirmar esse fato.

Ao longo dos diversos mapas que vêm sendo elaborados desde 1998, emerge uma constante: a elevada proporção de mortes masculinas nos diversos capítulos da violência letal do país, principalmente quando a causa são os homicídios. Assim, por exemplo, nos últimos dados disponíveis, os de 2012, pertenciam ao sexo masculino: 91,6% das vítimas de homicídio na população total e ainda mais entre os jovens: 93,3%.

Crescem os homicídios entre população negra



O Mapa da Violência 2014 aponta uma acentuada tendência de **queda** no número de **homicídios** da **população branca** e de **aumento** no número de **vítimas** na **população negra**. Essa tendência se observa tanto para o conjunto da população quanto para a população jovem.

Efetivamente, entre os brancos, no conjunto da população, o número de vítimas diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, o que representa uma queda de 24,8%. Entre os negros, as vítimas aumentam de 29.656 para 41.127 nessas mesmas datas: crescimento de 38,7%.

Vitimização negra, no período de 2002 a 2012, mais que duplicou, atingindo 100,7%. Três fatos evidentes:

- Tanto número quanto taxas de homicídio de brancos caem significativamente.
- Tanto número quanto taxas de homicídio de negros aumentam nesse período.
- Se as quedas das taxas brancas são bem expressivas, os aumentos nas taxas negras são de moderadas para baixas.

Assim, o índice de vitimização de jovens negros, que em 2002 era de 79,9, sobe para 168,6: **para cada jovem branco que morre assassinado, morrem 2,7 jovens negros.**

Considerando os jovens, as taxas negras aumentam de 74,1 em 2011 para 80,7 em 2012: crescimento de 8,9%. As brancas também crescem, mas com ritmo menor: 4,7%.

O relatório do Unicef

Sob o lema “Tornar visível o invisível”, o relatório representa a maior compilação de dados jamais realizada sobre violência contra a criança e o adolescente, mostrando a surpreendente amplitude de abusos físicos, sexuais e emocionais, e revelando as atitudes que perpetuam e justificam a violência, mantendo-a fora de vista em todos os países e em todas as comunidades do mundo.

O levantamento coloca o Brasil em sexto lugar no mundo na taxa de homicídios de crianças e adolescentes de zero até 19 anos de idade em 2012. Segundo o documento, foram registrados 17 homicídios por 100 mil habitantes nessa faixa etária. Com isso, o Brasil ficou atrás de apenas de El Salvador (27 por 100 mil), Guatemala (22), Venezuela (20), Haiti (19) e Lesoto (18). Em termos absolutos, o relatório diz que o Brasil registrou mais de 11 mil mortes nessa faixa etária, ficando atrás apenas da Nigéria, com quase 13 mil crimes dessa natureza no período.

Como principais razões para o grande número de homicídios de jovens no Brasil, o Unicef aponta o aumento da desigualdade, o acesso a armas de fogo, o alto consumo de drogas e o crescimento da população jovem. O fundo também usou uma base de dados de 2010 para afirmar que no Brasil os adolescentes negros sofrem um risco três vezes maior de serem assassinados em relação a jovens brancos. O número de homens nessa faixa etária que foram vítimas de homicídio também é 12 vezes maior que o de mulheres.

O Unicef indica seis estratégias que podem dar condições para que toda a sociedade – desde famílias até governos – possa prevenir e reduzir a violência contra a criança e o adolescente. Essas estratégias incluem prestar apoio aos pais e desenvolver na criança e no adolescente habilidades de vida; mudar atitudes; fortalecer sistemas e serviços judiciais, criminais e sociais; e gerar evidências e conscientização sobre violência e seus custos humanos e socioeconômicos, visando à mudança de atitudes e normas.

Privatização da segurança

Assim como aconteceu com a saúde, a educação e previdência social, o país tem assistido à crescente privatização do aparelho de segurança. O Estado vai progressivamente se limitar a oferecer, para o conjunto da população, um mínimo – e muitas vezes nem isso – de acesso aos serviços e benefícios sociais considerados básicos. Para os setores com melhor condição financeira, emergem serviços privados de melhor qualidade (escolas, planos de saúde, planos previdenciários etc.). Com a segurança esse mesmo processo vem ocorrendo de forma acelerada nos últimos anos (WAISELFISZ, 2014).

A pesquisa domiciliar do IBGE de 2011 é clara sobre as possibilidades diferenciais de acesso a serviços privados de melhor qualidade: as famílias negras tinham uma renda média de R\$ 1.978,30 e as brancas, de R\$ 3.465,30, isto é, 75,2% a mais. Em teoria, os **setores** e áreas **mais abastados**, geralmente **brancos**, têm uma **dupla segurança** e os **menos abastados**, das periferias, preferentemente **negros**, têm que se contentar com o **mínimo de segurança** que o Estado oferece (WAISELFISZ, 2014).

Um segundo fator adiciona-se ao anterior. A segurança, a saúde, a educação, etc. são áreas que integram o jogo político-eleitoral e a disputa partidária. As ações e a **cobertura da segurança pública** distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, **priorizando espaços segundo sua visibilidade política**, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o *status* social das vítimas. Como resultado, as áreas mais abastadas, de população predominantemente branca, ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas (WAISELFISZ, 2014).

Por último, um terceiro fator que concorre para agravar o problema: um forte esquema de **“naturalização”** e **aceitação social da violência** que opera em vários níveis e mediante de diversos mecanismos, mas fundamentalmente pela visão que uma determinada dose de violência, que varia de acordo com a época, o grupo social e o local, deve ser aceite e torna-se até necessário, inclusive por aquelas pessoas e instituições que teriam a obrigação e responsabilidade de proteger a sociedade da violência (WAISELFISZ, 2014).

Num primeiro nível, esse esquema opera pela **culpabilização da vítima**, justificando a violência dirigida, principalmente, a setores subalternos ou particularmente vulneráveis que demandam proteção específica, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, negros etc. Os mecanismos dessa

culpabilização são variados: a estuprada foi quem provocou ou ela se vestia como uma “vadia”; o adolescente vira marginal, delinquente, drogado, traficante; aceitabilidade de castigos físicos ou punições morais com função “disciplinadora” por parte das famílias ou instituições, moreno de boné e bermudão é automaticamente suspeito etc. A própria existência de leis ou mecanismos específicos de proteção: estatutos da criança e do adolescente, do jovem, do idoso; Lei Maria da Penha, ações afirmativas etc. indicam claramente as desigualdades e as vulnerabilidades existentes (WAISELFISZ, 2014).

Desafios

Entre 2002 e 2012, o Brasil consegue estagnar o crescimento das taxas de homicídio que vinham aumentando rapidamente desde 1980. Efetivamente: a taxa total de 2003 foi de 28,9 homicídios em 100 habitantes; a de 2012 de 29,0 – praticamente idêntica. Na juvenil, o mesmo panorama: passa de 57,0 em 2003 para 57,6 em 2012 (WAISELFISZ, 2014).

Surge aqui evidência, em uns poucos locais, de que a violência homicida não constitui um fenômeno natural, um tsunami perante o qual só resta se proteger da melhor forma possível. Que políticas públicas sistemáticas podem frear e fazer retroceder rapidamente os níveis de violência (WAISELFISZ, 2014).

Se esse freio imposto à espiral de violência pode ser visto como um fato altamente positivo, persiste o problema dos níveis extremamente elevados de violência. Tudo indica que as medidas adotadas, se conseguiram soffrear a espiral crescente, não foram suficientes para fazer regredir a violência a limites civilizados ou, ao menos, aceitáveis (WAISELFISZ, 2014).

No último quartel do século passado houve uma profunda reestruturação no modelo de desenvolvimento do país, com mudança no padrão locacional da indústria brasileira, que se desloca para o interior dos principais estados industrializados e para alguns estados fora do eixo Sul-Sudeste. Essa mudança estaria determinando o surgimento de novas aglomerações industriais nas mais distintas regiões do país, caracterizadas por menores níveis salariais e a custas de reduzida diversificação (WAISELFISZ, 2014).

A emergência desses novos polos de crescimento, atraindo investimentos e gerando emprego e renda, tornam-se também atrativos para a violência e a criminalidade por serem áreas onde os mecanismos da segurança eram

precários ou incipientes, sem experiência histórica e aparelhamento para o enfrentamento das novas configurações da violência. Os saldos migratórios positivos desses novos polos originam também grandes contingentes de população flutuante, com escassas raízes familiares e culturais, gerando condições favoráveis de inserção violenta nos novos ambientes (WAISELFISZ, 2014).

Além da emergência desses novos polos, é preciso contabilizar os investimentos em segurança nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas, prioritárias a partir do novo Plano Nacional de Segurança Pública, de 1999, e do Fundo Nacional de Segurança, instituído em fins de 2000. Nesse sentido, foram canalizados recursos federais, principalmente para aparelhamento dos sistemas de segurança pública nos grandes conglomerados que lideravam o mapa da violência do período. Isso dificultou a ação da criminalidade organizada, que migra para áreas de menor risco e/ou estrutura (interior/outros estados) (WAISELFISZ, 2014).

Em terceiro lugar, melhoria na cobertura dos sistemas de captação de dados de mortalidade, principalmente no interior do país ou em estados com cobertura deficiente, com o que diminui a subnotificação existente. Assim, fatos que antes não eram registrados começam a aparecer nas recentes estatísticas de mortalidade (WAISELFISZ, 2014).

Jovens e violência homofóbica



No “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011”, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) destaca que **47,1% das vítimas de homofobia no Brasil têm entre 15 e 29 anos de idade.**

No critério raça/cor, a população negra e parda também aparece no topo da lista das vítimas: 51,1% das vítimas são negras e, 44,5%, brancas. Os dados reunidos no documento referem-se a violências contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) denunciadas durante o ano anterior ao poder público (Disque Direitos Humanos, Central de Atendimento à Mulher, Ouvidora do Sistema Único de Saúde - SUS -, e órgãos LGBT da SDH).

Segundo os dados oficiais, em 2011, foram registradas 6.809 denúncias de violações aos direitos humanos da população LGBT. Ao todo, foram 1.713

vítimas e 2.275 suspeitos. Os números mostram que uma mesma pessoa sofre várias violências e por mais de um/a agressor/a. Vale ressaltar que a quantidade de vítimas e de violações apresentadas no documento refere-se somente às denunciadas ao poder público, sem considerar as subnotificações. As violações também são várias: agressões físicas a ameaças, humilhações, discriminações, negligências, abusos sexuais, negação de direitos, entre outras.

De acordo com o relatório, o maior número de jovens vítimas da violência homofóbica pode estar associada ao fato de esses jovens negarem-se às restrições impostas pelos guetos LGBT. Aqueles espaços restritos à população LGBT já não atendem aos anseios dos jovens LGBT, eles já ocupam as ruas de diversas capitais brasileiras e não têm receio de demonstrar afeto publicamente. Nesse sentido, essa população deve ser a prioridade de uma política que queira fazer frente à violência homofóbica.

Quanto aos locais de ocorrência das violências, o relatório destaca a rua e a casa, espaços que surgem como locais onde as violências mais ocorrem. Segundo os autores do estudo, a rua merece uma reflexão pelo desafio que representa no que diz respeito à qualificação dos agentes policiais para o reconhecimento da violência homofóbica e para o acolhimento das vítimas da violência. Além disso, cabe destacar a necessidade de que o poder público promova espaços de sociabilidade democráticos com a interação entre os mais diversos públicos. Quanto a casa o desafio é ainda maior visto que a intervenção do Estado dentro do espaço doméstico é limitada e, neste sentido, é importante que o Governo incentive o empoderamento das mulheres e dos/das jovens para que denunciem a violência ocorrida no espaço doméstico.

A violação de direitos humanos relacionada à orientação sexual e identidade de gênero presumidas das vítimas constitui um padrão em todo o mundo, envolvendo variadas espécies de abusos e discriminações. Tais violações incluem desde a negação de oportunidades de emprego e educação, discriminações relacionadas ao gozo de ampla gama de direitos humanos até estupros, agressões sexuais, tortura e homicídios, e tendem a ser agravadas por outras formas de violência, ódio e exclusão, baseadas em aspectos como idade, religião, raça/ cor, deficiência e situação socioeconômica.

Entre os tipos de homofobia, podem-se apontar a homofobia institucional (formas pelas quais instituições discriminam pessoas em função de sua orientação sexual ou identidade de gênero presumida) e os crimes de ódio de caráter homofóbico, ou seja, violências, tipificadas pelo código penal,

cometidas em função da orientação sexual ou identidade de gênero presumidas da vítima. A homofobia estruturante da sociedade brasileira vitima não apenas a população LGBT – cujas possibilidades de existência em sociedade são mediadas pelo estigma que carregam (tais limitações são especialmente visíveis quando se trata de travestis e transexuais) –, mas qualquer indivíduo cuja identidade de gênero ou orientação sexual seja percebida como diferente da heterossexual ou cisgênero.

COEP

Rede Nacional de
Mobilização Social

Para saber mais:

Entrevistas:

Reforma da polícia é fundamental para enfrentar a violência contra os jovens

<http://www.mobilizadores.org.br/entrevista/?eixo=cidadania>

Adolescentes homossexuais convivem com discriminação e violência

<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/adolescentes-homossexuais-convivem-com-discriminacao-e-violencia/?eixo=>

Textos:

Mapa da Violência 2014 - Os Jovens do Brasil

<http://www.mapadaviolencia.org.br/>

MORAES, Pedro Bodê de. **Juventude, medo e violência**. In: Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise. Novos e invisíveis laços. 2005.

http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf

Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011.

http://www.abglt.org.br/docs/Relatorio-LGBT_SDH.pdf

Vídeos:

Enfrentamento ao Extermínio da Juventude Negra - Polícia

<http://www.mobilizadores.org.br/video/?eixo=cidadania>

Mapa da Violência

<https://www.youtube.com/watch?v=jgYq7eg7TD8>

Programa Nação - Genocídio da Juventude Negra

<https://www.youtube.com/watch?v=B5u5JnCc3aU>

Campanha "Eu pareço suspeito?"

<https://www.youtube.com/watch?v=PBCItrg418A>

Entrevista - Hamilton Borges - Afropress

https://www.youtube.com/watch?v=WuEUq1_gc2w&list=PLAenDx_iD0Ix4H7CZZXqUZttATrTZ7vvh

Fim dos autos de resistência, pedem movimentos sociais

<https://www.youtube.com/watch?v=DRxWWqwvynA>

ABCD em Revista: Genocídio da Juventude Negra - 1/3

<https://www.youtube.com/watch?v=7kAd8xnVZQ8>

ABCD em Revista: Genocídio da Juventude Negra - 2/3

<https://www.youtube.com/watch?v=B9rGxPp4qBw>

ABCD em Revista: Genocídio da Juventude Negra - 3/3

<https://www.youtube.com/watch?v=ODgJPDxDRzY>

Sites:

Blog do Carrano

<http://paulocarrano.wordpress.com/>

Contra o Genocídio do Povo Negro

<http://contraogenocidio.blogspot.com.br/>

Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser)

<http://www.laeser.ie.ufrj.br/>

Juventude Viva

<http://www.juventude.gov.br/>

Observatório da Juventude - UFMG

<http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>

Observatório da Juventude - UnB

<http://www.ceam.unb.br/oj/>

Observatório de Violências Policiais - SP

<http://www.ovp-sp.org/>

Fontes:

MELO, Doriam Luis Borges de; CANO, Ignácio. **Homicídios na adolescência no Brasil**. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, 2012.

http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf

MORAES, Pedro Bodê de. **Juventude, medo e violência**. In: Ciclo de Conferências Direito e Psicanálise. Novos e invisíveis laços. 2005.

http://www.ipardes.gov.br/pdf/cursos_eventos/governanca_2006/gover_2006_01_juventude_medo_pedro_bode.pdf

NOVAES, Regina. **Juventude, Juventudes - Jovens das classes C e D frente aos dilemas de sua geração**. In: Programa Mais Cultura Audiovisual, 2008.

Disponível em:

<http://www2.cultura.gov.br/audiovisual/fictv/files/2008/12/juventude-juventudes.pdf>.

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Juventude, Violência e Políticas Públicas**. Revista Espaço Acadêmico, nº 75, ago. 2007.

<http://www.espacoacademico.com.br/075/75pimenta.htm>

Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011.

http://www.abglt.org.br/docs/Relatorio-LGBT_SDH.pdf

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014 - Os Jovens do Brasil**. Brasília, 2014.

<http://www.mobilizadores.org.br/textos/mapa-da-violencia-2014-os-jovens-brasil-2/?eixo=cidadania>

Mobilização Social

Este texto foi produzido dentro do espírito colaborativo, a partir de outros tantos textos, cartilhas e publicações disponíveis na internet, num grande remix que deu origem a um novo material disponível a todos.

PESQUISA DE CONTEÚDO:

Eliane Araujo

TEXTOS E ADAPTAÇÃO:

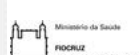
Eliane Araujo

REALIZAÇÃO:

Rede Nacional de
Mobilização Social



APOIO:



Outubro, 2014